

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.951 - DF (2019/0295584-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : BRENDA RAYSSA SILVA TURATE E OUTROS
ADVOGADOS : BRENDA RAYSSA SILVA TURATE - DF054629
REYNALDO TURATE - DF052323
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : FILIPE ROCHA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FILIPE ROCHA DE SOUZA contra decisão liminar proferida pelo Relator do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (HC n. 0720542-65.2019.8.07.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 26/9/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em razão de busca e apreensão realizada em sua residência que resultou na apreensão de 51,67g de maconha e 7,05g de *crack* (e-STJ fls. 13, 24 e 25).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, falta de justa causa para a prisão preventiva do paciente, vez que não demonstrada a situação de mercancia. Sublinhou que o paciente é primário, possui endereço certo e profissão lícita e asseverou que seu irmão assumiu a propriedade das drogas apreendidas na residência.

O Relator da ação no Tribunal de origem, contudo, indeferiu a liminar, ao argumento de não haver, de plano, constrangimento ilegal (e-STJ fls. 45 e 46).

Na presente oportunidade, a defesa reitera que o paciente é primário, com endereço certo e profissão lícita, asseverando que o paciente não se dedica à traficância, fazendo menção aos seus antecedentes. No mais, alega

Superior Tribunal de Justiça

que a droga não foi apreendida com o paciente e sim dentro da casa, reafirmando que o irmão do paciente assumiu a propriedade dos entorpecentes.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a liberdade provisória do paciente e, alternativamente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular, o que não se mostra presente na espécie.

No caso, ao que parece, o paciente foi preso em razão das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, como se depreende do seguinte trecho do decreto de primeiro grau (e-STJ fl. 11):

(...) Destarte, mostrando-se clarividente o risco à tranquilidade e incolumidade pública – diante do tipo de delito, do "modus operandi", da natureza e quantidade da(s) substância (s) encontrada(s) em poder do(s) apresentado(s) –, assim como à instrução processual e aplicação da lei penal, e sendo, ainda, inviável a concessão de qualquer outra medida cautelar, a decretação da prisão preventiva é medida que se impõe.

Diante desse contexto fático excepcional, o Relator da ação originária entendeu não haver flagrante ilegalidade na prisão, razão pela qual indeferiu a liminar (e-STJ fl. 46, *grifei*):

(...)

Observa-se, na espécie, que a concessão da ordem de soltura

Superior Tribunal de Justiça

representaria sim riscos à coletividade, sendo imperiosa a custódia cautelar. O crime imputado ao paciente indica a sua periculosidade e recomenda a manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem e saúde públicas, ainda mais quando se tratar de réu reincidente específico.

Com efeito, "O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a reiteração de condutas criminosas, evidenciando inclinação à prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva para garantia da ordem pública" (HC n. 501.728/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 16/5/2019, DJe 30/5/2019).

Ademais, "O habeas corpus não constitui via apropriada para afastar as conclusões das instâncias ordinárias acerca da suficiência dos indícios suficientes de autoria delitiva e de provas de materialidade, uma vez que tal procedimento demanda a análise aprofundada do contexto fático-probatório" (HC n. 491.762/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 26/2/2019, DJe 8/3/2019).

Assim, no caso, não se verifica manifesta ilegalidade que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

